

RECURSO ESPECIAL Nº 1.803.856 - SC (2019/0075281-4)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
RECORRENTE : VALENTIN MARAGNO
ADVOGADOS : CARLOS BERKENBROCK - ES021038
FERNANDO PAVEI - SC038456
RECORRIDO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : VOLNIR CARDOSO ARAGAO - RS028906
LUCIANE MARIA FINGER BALLICO - RS025976

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CPC/2015. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. REVOGAÇÃO DA SUSPENSÃO DETERMINADA NA MC 25.078/SC. MANUTENÇÃO DA SUSPENSÃO COM BASE NO ACORDO DOS PLANOS ECONÔMICOS. DETERMINAÇÃO DO STF. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por VALENTIN MARAGNO em face de acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. SUSPENSÃO DE EXECUÇÃO. AÇÃO RESCISÓRIA. CEF. AÇÃO PÚBLICA. PROJUST. IMPROVIMENTO.

1. Não obstante a desafetação dos Temas 947 e 948, tenho que, por medida de cautela, a suspensão mereça ser mantida, vez que a questão se ressentir da apreciação do referido agravo interno da decisão monocrática no Recurso Especial nº 1.570.831, bem como de debate mais aprofundado quando da apreciação de mérito dos recursos desafetados.

2. Há de se ponderar que tal cautela se afigura relevante na medida em que o cerne da discussão é matéria de mérito, de suma importância, que pode, inclusive, alterar o resultado do julgado, permitindo a reabertura da discussão das questões pelas instâncias extraordinárias. Ademais, não se configura, in casu, perigo de dano ou o risco ao resultado útil ao processo, não havendo prejuízo à parte em decorrência da suspensão do processo. (fl. 45)

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 70/3).

Em suas razões, alega a parte recorrente violação dos arts. 493, 969, 1.036 do Código de Processo Civil de 2015, bem como do art. 103, § 3º, do Código de Defesa do Consumidor, sob os argumentos de: (a) necessidade de aplicação dos Temas 723/STJ e 848/STF ao caso dos autos; (b) perda de eficácia da liminar que ordenava a suspensão do cumprimento individual de sentença coletiva; e (c) descabimento da suspensão do cumprimento de sentença em virtude da mera pendência de ação rescisória. Aduz dissídio pretoriano.

Contrarrazões à fl. 94.

É o relatório.

Passo a decidir.

O recurso especial não merece ser provido.

A controvérsia relativa às diferenças de correção monetária em depósitos de caderneta de poupança decorrentes da implementação dos Planos Econômicos Bresser, Verão e Collor I e II foi objeto de acordo coletivo homologado pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 165, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, DJ n. 45 de 9/3/2018.

Em razão disso, o Ministro Gilmar Mendes, nos autos do Recurso Extraordinário n. 632.212, por meio de decisão proferida em 6 de novembro de 2018, determinou "a suspensão de todos os processos individuais ou coletivos, seja na fase de conhecimento ou execução, que versem sobre a questão, pelo prazo de 24 meses a contar de 5.2.2018, data em que homologado o acordo e iniciado o prazo para a adesão dos interessados".

Por outro lado, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, no Plenário Virtual, reconheceram, nos autos dos REs n. 626.307, 591.797, 632.212 e 631.363, a repercussão geral da referida questão (Temas n. 264, 265, 284 e 285 do STF).

Diante desses julgados, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, com base na sistemática prevista nos arts. 1.039, 1.040 e 1.041 do CPC/2015, na sessão de julgamento do dia 28 de novembro de 2018, em questão de ordem suscitada pelo Ministro Raul Araújo nos Recursos Especiais n. 1.610.789/MT e 1.361.869/SP, decidiu suspender a tramitação de todos os processos em curso no Superior Tribunal de Justiça sobre a cobrança de diferenças de correção monetária em depósitos de caderneta de poupança decorrentes de expurgos inflacionários, independentemente da fase processual em que se encontrem (conhecimento ou execução), mesmo que o recurso especial veicule matérias de cunho processual, e determinar a sua devolução às instâncias de origem.

Cabe ressaltar que a expressa manifestação da parte acerca do seu desinteresse no acordo homologado pelo Supremo Tribunal Federal não tem o condão de permitir a continuidade do feito, uma vez que, conforme a sistemática da repercussão geral, os autos devem permanecer sobrestados até a publicação dos acórdãos paradigmas relativos aos Temas n. 264, 265, 284 e 285 do STF.

Desse modo, embora por outro fundamento, não merece reforma a decisão do Tribunal de origem que manteve a suspensão do cumprimento individual de sentença coletiva proferida nos autos do Ação Civil Pública 2003.72.00.004511-8/SC.

Destarte, o recurso especial não merece ser provido.

Ante o exposto, com base no art. 932, inciso IV, do CPC/2015, NEGÓCIO PROVIMENTO ao recurso especial.

Advirta-se para o disposto nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/2015.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

